

Crise adia programa de metas de FH

Aliados e equipe de campanha se reúnem por 5 horas e não chegam a acordo sobre propostas

Cátia Seabra e Maria Lima

BRASÍLIA

Comando de campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu adiar para setembro o anúncio do programa de governo do candidato. Quase cinco horas de discussão ontem no Palácio da Alvorada não foram suficientes para acabar com as divergências entre os representantes dos partidos aliados sobre o conteúdo do programa. Em conversas reservadas, o presidente admitiu que a crise no mercado internacional poderá acarretar a redução do crescimento econômico em 1999. Como algumas das metas pretendidas pelos coordenadores do programa para o desempenho da economia poderão ficar comprometidas, a palavra de ordem no fechamento do novo programa foi cautela. O presidente exigiu garantias de viabilidade das metas propostas pelos técnicos.

— Falar em metas é temerário. Temos de fazer um programa compatível com a exeqüibilidade nos quatro anos de Governo — justificou o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, responsável pela apresentação do programa.

Durante todo o tempo, Fernando Henrique cobrou dos elaboradores do programa detalhes sobre como atingir as metas. Ele quis saber, por exemplo, de onde saiu a promessa de criação de 7,8 milhões de empregos num segundo mandato.

Presidente adia decisões sobre megaprojetos

Diante de um quadro de possíveis turbulências no mercado interno e externo, a grande dificuldade é compatibilizar um programa de governo desenvolvimentista, como querem os aliados e o comitê político, com a necessidade de austeridade fiscal, como defendem os técnicos da área econômica.

Batizado de “Mais quatro anos de desenvolvimento”, o programa receberá uma nova redação no próximo domingo e só deverá ser anunciado em 3 de setembro. Com o pé no freio, o próprio presidente recomendou cuidado aos técnicos e tratou de adiar decisões sobre megaprojetos, entre eles o de transposição do São Francisco. Agora só haverá decisão sobre a obra num segundo mandato, depois da realização de auditoria internacional que avalie as vantagens e as desvantagens do projeto.

A cautela também marcou a discussão sobre o combate à pobreza. Os técnicos sugeriram como meta a eliminação da fome em quatro anos. Mas quase todos os conselheiros, inclusive a primeira dama Ruth Cardoso, argumentaram que era muita ousadia falar em erradicação.

— Acho isso perigoso — disse o vice-presidente do PFL, deputado José Jorge.

O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, bateu na necessidade de se usar uma palavra forte, defendendo a inclusão do termo “eliminação”.

— Precisamos ter uma meta — argumentou.

Desemprego, a maior preocupação

Para ilustrar as dificuldades do combate à fome, dona Ruth falou de sua experiência à frente do Comunidade Solidária. Uma das grandes preocupações do presidente durante a apresentação do esboço do programa ontem foi com o quadro real do desemprego no país, já vislumbrando mais dificuldades com o reflexo da nova crise mundial das bolsas. O professor Carlos Américo Pacheco, coordenador do programa de governo, disse que nos próximos quatro anos seria necessária a criação de mais oito milhões de novos empregos. Fernando Henrique quis saber como ele chegara a tal número. Pacheco explicou que, só na área do primeiro emprego, na faixa dos 18 anos, seria preciso criar mais 1,6 milhão de novos postos de trabalho.

Seguindo a linha da cautela, decidiu-se também que nenhuma meta de redução de taxas de juros será incluída no programa, apesar de ser a grande preocupação de partidos como o PFL. Hoje, em meio à crise, anunciar queda de juros poderia até assustar o investidor estrangeiro.

Na saída, ministros do Governo deixaram revelar como a equipe ainda não está sintonizada. Padilha deixou o Alvorada garantindo que o programa incluirá metas de redução da taxa de juros. Paulo Renato disse o contrário:

— Essas questões conjunturais não integram o programa — garantiu.

Falta de concisão, outro problema

Nas conversas com participantes da reunião, o presidente descartou a possibilidade de o Brasil ser vítima de um ataque especulativo como o de outubro passado e a edição de um novo pacote fiscal. Mas reconheceu os riscos de retração de investimentos estrangeiros nos próximos meses, o que poderia provocar redução da atividade econômica.

Por recomendação de Fernando Henrique, ficou acertado que os partidos terão uma semana para apresentar suas sugestões ao programa. Na reunião, os políticos fizeram apelos que contemplassem suas regiões. Os técnicos mostraram que o programa vai enfatizar o desenvolvimento no Norte e no Nordeste, com programas de geração de emprego, de renda mínima e investimentos em turismo. O adiamento do programa teve outra causa: falta de concisão. Sem as propostas apresentadas ontem, ele já estava com cerca de 300 páginas. Precisa estar enxuto até semana que vem para ser mostrado ao eleitor.

Ailton de Freitas



PAULO RENATO encontra Eduardo Jorge em frente ao Alvorada, onde aliados se reuniram com os coordenadores da campanha para discutir as metas de um segundo governo